



# **TECENDO SABERES**

**LUZINETEDA SILVA MUSSI  
(ORGANIZADORA)**





# Tecendo saberes

## **Organizadora:**

Luzinete da Silva Mussi

## **Autores:**

Aparecida da Silva  
Luciano José P. S. da Silva  
Luize Queterine Kilker  
Maely Marques Santana  
Mara Helena Martins Pereira  
Marlene de Almeida Araujo



Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa do autor (art. 184 do Código Penal e Lei no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

Editoração / Capa: Instituto Saber

Organizadora: MUSSI, Luzinete da Silva.

Autores: ARAUJO, Marlene de Almeida; KILKER, Luize Queterine; PEREIRA, Mara Helena Martins; SANTANA, Maely Marques; SILVA, Aparecida da; SILVA, Luciano José P. S. da.

Tecendo saberes. Organizadora: Luzinete da Silva Mussi. 1 ed. – Sinop-MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, 2025.

94 p.

ISBN livro digital: 978-65-87333-97-7

ISBN livro impresso: 978-65-87333-98-4

1.Educação. I. Título.

CDD – 370

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de ebooks das mais variadas  
linhas editoriais: [isciweb.com.br/livros](http://isciweb.com.br/livros)



– Publicação de artigos científicos através de  
nossa Revista Científica Digital Multidisciplinar:  
[isciweb.com.br/revista](http://isciweb.com.br/revista)



## **Conselho editorial**

Prof.<sup>a</sup> Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Júnior

# Sumário

CAPÍTULO I - A alfabetização no desenvolvimento da aprendizagem na integração do ambiente escolar (Mara Helena Martins Pereira; Marlene de Almeida Araújo) .....	7
CAPÍTULO II - A convivência entre autismo e altas habilidades: um estudo sobre a dupla excepcionalidade (Maely Marques Santana) .....	20
CAPÍTULO III - As práticas pedagógicas na Educação Especial (Maely Marques Santana) .....	33
CAPÍTULO IV: Benefícios da musicalização para o ensino-aprendizagem de Línguas estrangeiras no ensino médio (Luize Queterine Kirker) .....	44
CAPÍTULO V - Conscientização no ambiente escolar como forma de combate ao assédio e violência contra a mulher (Luciano José P. S. da Silva) .....	52
CAPÍTULO VI - Espectro Autismo Grau 1 e as adaptações curriculares necessárias no Ensino Regular Brasileiro (Maely Marques Santana) .....	61
CAPÍTULO VII - O papel da ludicidade na aprendizagem (Luize Queterine Kirker) .....	77
CAPÍTULO VIII - Sedentarismo e a importância da atividade física (Aparecida da Silva) .....	85



**CAPÍTULO I - A ALFABETIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA  
APRENDIZAGEM NA INTEGRAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR  
(MARA HELENA MARTINS PEREIRA; MARLENE DE ALMEIDA  
ARAÚJO)**

## **A alfabetização no desenvolvimento da aprendizagem na integração do ambiente escolar**

Mara Helena Martins Pereira

Marlene de Almeida Araujo

### **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da alfabetização no desenvolvimento da aprendizagem e sua integração ao ambiente escolar. A alfabetização é entendida não apenas como o processo de decodificação da linguagem escrita, mas como uma prática social essencial à construção do conhecimento, à formação do pensamento crítico e à inserção do aluno na vida escolar e social. Ao considerar a alfabetização como base para o aprendizado das demais áreas do saber, destaca-se a necessidade de práticas pedagógicas integradas e contextualizadas, que favoreçam uma aprendizagem significativa e contínua. O ambiente escolar, por sua vez, deve se constituir como um espaço alfabetizador em todos os seus aspectos, promovendo a inclusão, o protagonismo estudantil e o desenvolvimento integral da criança. A pesquisa evidencia que a alfabetização, quando articulada de forma transversal no cotidiano escolar, contribui para uma educação mais democrática, equitativa e transformadora.

**Palavras-chave:** alfabetização; aprendizagem; ambiente escolar; integração; práticas pedagógicas.

### **ABSTRACT**

This paper aims to reflect on the importance of literacy in the development of learning and its integration into the school environment. Literacy is understood not only as the process of decoding written language but also as a social practice essential to knowledge construction, the development of critical thinking, and the student's inclusion in school and social life. By considering literacy as the foundation for learning in other areas of knowledge, the need for integrated and contextualized pedagogical practices is emphasized, fostering

meaningful and continuous learning. The school environment, in turn, should be constituted as a literacy-promoting space in all its aspects, encouraging inclusion, student protagonism, and the holistic development of the child. The research shows that literacy, when articulated transversally in daily school life, contributes to a more democratic, equitable, and transformative education.

**Keywords:** literacy; learning; school environment; integration; pedagogical practices.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é proporcionar uma reflexão sobre a importância da alfabetização como etapa fundamental na trajetória educacional dos alunos, compreendendo-a não apenas como o domínio da leitura e da escrita, mas como um processo que contribui significativamente para a aprendizagem necessária que integra o conjunto de letras para a alfabetização. Alfabetizar é mais do que ensinar a decodificar palavras; é inserir o indivíduo em práticas sociais que possibilitam compreender, interpretar e transformar o mundo ao seu redor, promovendo sua comunicação, expressão e participação ativa na sociedade.

A situação-problema que motiva esta investigação refere-se aos desafios enfrentados na integração da alfabetização ao ambiente escolar de forma significativa, especialmente quando se observa que, em muitas instituições, a alfabetização ainda é tratada como uma etapa isolada e limitada aos primeiros anos do ensino fundamental. Essa fragmentação pode comprometer o desenvolvimento de competências essenciais para a formação cidadã, além de desconsiderar as diferentes realidades, ritmos e

estilos de aprendizagem dos alunos. A ausência de práticas pedagógicas integradas e contextualizadas torna-se um entrave para a construção de uma educação inclusiva, crítica e transformadora.

Diante disso, a metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica, com análise de autores relevantes da área da educação, bem como documentos legais e diretrizes curriculares que embasam a prática pedagógica no Brasil. Através dessa abordagem, busca-se compreender como a alfabetização pode ser efetivamente integrada ao cotidiano escolar, de modo a promover a aprendizagem em suas múltiplas dimensões. Como recursos, serão utilizados materiais teóricos — livros, artigos científicos e legislações educacionais — que tratam da alfabetização, desenvolvimento da aprendizagem e práticas inclusivas.

Esses recursos permitirão uma análise crítica e fundamentada sobre o tema, contribuindo para a formulação de propostas que visem aprimorar o trabalho pedagógico nas escolas. Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua para a valorização da alfabetização como um processo contínuo e essencial para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, equitativa e verdadeiramente comprometida com a formação integral dos alunos.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

O contexto da alfabetização, enquanto processo de ensino aprendizagem tem aquisição da linguagem escrita, é essencial para o progresso educacional do aluno, pois representa a base para o aprendizado das demais áreas do conhecimento. Quando bem conduzida, ela permite que o estudante compreenda enunciados matemáticos, interprete textos em diversas disciplinas e formule hipóteses com base em leituras, vivências e observações. Por meio da leitura e da escrita, o aluno desenvolve habilidades cognitivas, sociais e comunicativas fundamentais para a construção de saberes mais complexos. Conforme Nilma Lino Gomes

A escola deve ser espaço de construção de identidades e de afirmação das diferenças, promovendo uma educação inclusiva e antirracista” (GOMES, 2005).

Nesse sentido, a alfabetização não deve ser vista como um fim em si mesma, mas como um meio indispensável para a construção contínua da aprendizagem ao longo da vida escolar. É imprescindível que a alfabetização seja compreendida como uma ferramenta transversal, que perpassa todas as etapas da educação básica e contribui diretamente para o desempenho escolar. A alfabetização como prática social (Magda Soares, Paulo Freire)

## **Magda Soares**

A alfabetização deve ser compreendida como uma prática social, inserida em contextos culturais, históricos e sociais, não se restringindo apenas à decodificação de palavras. (SOARES, 2003).

O aprendizado significativo ocorre quando o aluno percebe a utilidade da leitura e da escrita em contextos reais e concretos. Isso exige dos educadores uma postura ativa, planejando práticas

pedagógicas que articulem o ensino da língua com temas relevantes ao cotidiano e à realidade dos estudantes.

## **A Importância da Alfabetização no Desenvolvimento da Aprendizagem**

A alfabetização vai muito além de apenas aprender a ler e escrever. Ela é essencial para:

- **Compreensão do mundo:** A leitura e a escrita permitem ao aluno acessar diferentes tipos de conhecimento e interpretar melhor o que acontece ao seu redor.
- **Desenvolvimento cognitivo:** A alfabetização estimula habilidades como memória, atenção, raciocínio lógico e criatividade.
- **Autonomia:** Ao dominar a leitura e a escrita, o aluno passa a ter mais independência para estudar, se expressar e resolver problemas.

Estratégias como projetos interdisciplinares, rodas de leitura, produção de textos diversos e uso de tecnologias digitais, por exemplo, ajudam a tornar o processo mais envolvente e efetivo, despertando o interesse e a autonomia dos alunos.

Além disso, a integração da alfabetização no ambiente escolar favorece a construção de uma cultura educacional mais inclusiva, democrática e participativa.

Essa integração demanda a articulação entre todos os profissionais da escola, que devem trabalhar em parceria, compartilhando objetivos e práticas pedagógicas que valorizem a leitura e a escrita em diferentes contextos.

## **Emilia Ferreiro e Ana Teberosky**

“A criança não é um ser passivo no processo de alfabetização; ela formula hipóteses sobre a escrita e reconstrói seu conhecimento com base na interação com o meio” (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

Quando professores de diferentes áreas utilizam textos, gêneros discursivos e atividades interdisciplinares, o processo de alfabetização se fortalece, tornando-se mais dinâmico e eficaz. O ambiente escolar, nesse sentido, deve ser alfabetizador em todos os seus espaços — da sala de aula à biblioteca, dos murais aos corredores, dos laboratórios às apresentações culturais — contribuindo para que a aprendizagem ocorra de forma contínua e integrada. A valorização das experiências dos alunos também é um aspecto essencial nesse processo. A Integração da Alfabetização no Ambiente Escolar, dentro do contexto escolar, a alfabetização precisa estar integrada com as demais áreas do conhecimento e com o cotidiano do aluno. Isso significa que:

- Todas as disciplinas contribuem com o processo: Ciências, História, Matemática e outras áreas podem e devem trabalhar com leitura e produção de textos.
- Projetos interdisciplinares enriquecem a aprendizagem e tornam o processo mais significativo.
- O ambiente alfabetizador (salas com cartazes, livros acessíveis, produções dos alunos etc.) motiva e facilita a aprendizagem.

**Alfabetização como Ferramenta de Inclusão e Participação, quando bem conduzida, a alfabetização:**

- **Promove a inclusão social:** Alunos alfabetizados se sentem mais seguros e participativos, fortalecendo o sentimento de pertencimento à escola.

- **Desperta o senso crítico:** Com acesso à leitura, o aluno desenvolve uma visão mais crítica e reflexiva do mundo.

- **Facilita a comunicação:** Favorece a interação com colegas, professores e outros membros da comunidade escolar. A importância do ambiente escolar no processo de ensino-aprendizagem (Freinet, Nilma Lino Gomes)

Crianças chegam à escola com diferentes níveis de familiaridade com a linguagem escrita, e suas vivências precisam ser respeitadas e aproveitadas como ponto de partida para o ensino. O estímulo à leitura crítica, à produção textual criativa e à escuta ativa dos estudantes colabora para que a alfabetização vá além da técnica e se transforme em uma prática verdadeiramente transformadora.

## **Paulo Freire**

“Ensinar a ler e a escrever é um ato político, pois envolve a libertação do indivíduo por meio da consciência crítica e da capacidade de intervir na realidade” (FREIRE, 1989).

Assim, o aluno é incentivado a ser protagonista de sua própria aprendizagem, desenvolvendo não apenas competências linguísticas, mas também sua identidade, criatividade e capacidade de intervenção no meio em que vive. Além do mais, é importante considerar que a alfabetização no ambiente escolar também está diretamente relacionada à promoção da equidade educacional.

A Integração da Alfabetização no Ambiente Escolar, dentro do contexto escolar, a alfabetização precisa estar integrada com as demais áreas do conhecimento e com o cotidiano do aluno. Isso significa que: Todas as disciplinas contribuem com o processo: Ciências, História, Matemática e outras áreas podem e devem trabalhar com leitura e produção de textos. Projetos interdisciplinares enriquecem a aprendizagem e tornam o processo mais significativo. O ambiente alfabetizador (salas com cartazes, livros acessíveis, produções dos alunos etc.) motiva e facilita a aprendizagem.

### **Alfabetização como Ferramenta de Inclusão e Participação**

Quando bem conduzida, a alfabetização:

- **Promove a inclusão social:** Alunos alfabetizados se sentem mais seguros e participativos, fortalecendo o sentimento de pertencimento à escola.
- **Desperta o senso crítico:** Com acesso à leitura, o aluno desenvolve uma visão mais crítica e reflexiva do mundo.
- **Facilita a comunicação:** Favorece a interação com colegas, professores e outros membros da comunidade escolar

Em um país com marcadas desigualdades sociais como o Brasil, garantir uma alfabetização de qualidade para todos é um desafio que exige políticas públicas eficazes, formação continuada dos professores e práticas pedagógicas inclusivas.

A escola deve ser um espaço onde todos os alunos, independentemente de sua origem ou condição, tenham acesso ao conhecimento e às ferramentas necessárias para exercer plenamente sua cidadania.

Sob essa perspectiva, é necessário adotar práticas pedagógicas que respeitem as vivências, os ritmos e as potencialidades de cada aluno. O educador francês

**Célestin Freinet**, já apontava, ainda no século XX, que:

“... o saber escolar deve partir da vida, da experiência e da expressão livre do aluno, respeitando seus ritmos e promovendo a cooperação” (FREINET, 1996).

Essa abordagem valoriza o protagonismo do estudante e promove um ensino significativo, que conecta os conteúdos escolares à realidade dos educandos, favorecendo a aprendizagem e o engajamento. O Brasil, garantir uma alfabetização de qualidade para todos os alunos é um desafio que vai muito além da sala de aula. Trata-se de uma questão estrutural que envolve políticas públicas consistentes, investimentos contínuos na formação docente, valorização dos profissionais da educação e o desenvolvimento de práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Em muitas regiões, especialmente nas periferias urbanas e nas áreas rurais, as condições precárias de infraestrutura, a carência de materiais didáticos e a baixa oferta de formação continuada comprometem significativamente o processo de ensino-aprendizagem. A alfabetização, nesse contexto, precisa ser compreendida como um direito fundamental e uma ferramenta de transformação social.

A escola deve se constituir como um espaço democrático, de acolhimento e construção coletiva do saber, onde todos os estudantes — independentemente de sua origem social, étnica,

cultural ou condição física — tenham acesso às ferramentas necessárias para compreender o mundo, atuar de forma crítica e exercer plenamente sua cidadania. A negação desse direito aprofunda as desigualdades existentes, perpetuando ciclos de exclusão e marginalização.

Assim, alfabetizar com qualidade em um país como o Brasil é, antes de tudo, um ato político e ético. Requer o compromisso coletivo de governos, educadores, famílias e sociedade civil para superar barreiras históricas e garantir a todos o direito à educação — não apenas como acesso à escola, mas como vivência efetiva do aprender. É nesse horizonte que se constrói uma educação transformadora, capaz de formar sujeitos críticos, conscientes e protagonistas de suas histórias.

### **3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, torna-se evidente que a alfabetização ocupa um lugar central no desenvolvimento da aprendizagem e deve estar profundamente integrada ao ambiente escolar de forma intencional, contínua e significativa. Essa integração é essencial para que o processo de alfabetizar ultrapasse os limites da decodificação mecânica de palavras e se transforme em uma prática social, capaz de formar indivíduos autônomos, críticos, sensíveis às realidades que os cercam e preparados para exercer plenamente sua cidadania.

Para que esse ideal se concretize, é imprescindível que a escola se organize como um espaço de construção coletiva do

saber, promovendo práticas pedagógicas colaborativas, contextualizadas e inclusivas.

A leitura e a escrita precisam estar presentes em todos os momentos e espaços do cotidiano escolar, não como atividades isoladas, mas como instrumentos vivos de expressão, interpretação e transformação do mundo. Isso exige o engajamento dos educadores, o fortalecimento das políticas públicas e a valorização da formação continuada, além do compromisso de toda a comunidade escolar com uma educação mais justa e igualitária.

Dessa forma, a alfabetização deixa de ser um simples marco nos primeiros anos do ensino fundamental e passa a ser compreendida como um direito permanente, que acompanha o estudante ao longo de toda a sua trajetória escolar.

Somente assim será possível garantir uma educação verdadeiramente democrática, capaz de acolher as diferenças, promover a equidade e formar sujeitos ativos na construção de uma sociedade mais humana e solidária.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017.*

SOARES, Magda. *Alfabetização: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2004.*

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história*. São Paulo: Mercado de Letras, 2000.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

TFOUNI, Leda Verdiani. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. São Paulo: Cortez, 1995.

**CAPÍTULO II - A CONVIVÊNCIA ENTRE AUTISMO E ALTAS  
HABILIDADES: UM ESTUDO SOBRE A DUPLA  
EXCEPCIONALIDADE (MAELY MARQUES SANTANA)**

## **A convivência entre autismo e altas habilidades: um estudo sobre a dupla excepcionalidade**

Maely Marques Santana

### **RESUMO**

Este artigo investiga a coexistência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e das Altas Habilidades/Superdotação, uma condição conhecida como dupla excepcionalidade. Através de uma revisão detalhada da literatura, o estudo examina as características desses indivíduos, as dificuldades no diagnóstico, os desafios enfrentados no ambiente educacional e as estratégias pedagógicas recomendadas para promover seu desenvolvimento pleno. A pesquisa destaca a importância de abordagens educacionais inclusivas e personalizadas, além da formação continuada de educadores para melhor atender a essa população. As referências estão de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**Palavras-chave:** Autismo. Altas Habilidades. Dupla Excepcionalidade. Educação Inclusiva. Diagnóstico. Pedagogia.

### **Abstract**

This article investigates the coexistence of Autism Spectrum Disorder (ASD) and High Abilities/Giftedness, a condition known as double exceptionality. Through a detailed review of the literature, the study examines the characteristics of these individuals, the difficulties in diagnosis, the challenges faced in the educational environment and the recommended pedagogical strategies to promote their full development. The research highlights the importance of inclusive and personalized educational approaches, in addition to the continued training of educators to better serve this population. The references are in accordance with the standards of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT).

**Keywords:** Autism. High Abilities. Double Exceptionality. Inclusive Education. Diagnosis. Pedagogy.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho demonstra que existem uma visão dentro do conceito de educação inclusiva tem sido amplamente discutido e implementado no Brasil, especialmente após a promulgação de leis e diretrizes que buscam garantir o acesso à educação de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas particularidades. No entanto, a inclusão de alunos com dupla excepcionalidade — aqueles que possuem simultaneamente Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação — continua sendo um desafio significativo. Esses alunos, muitas vezes, possuem um perfil atípico que requer intervenções pedagógicas específicas e difere A educação inclusiva tem evoluído significativamente nas últimas décadas, buscando garantir a equidade no acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento integral dos alunos.

No entanto, a dupla excepcionalidade — a coexistência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e de Altas Habilidades/Superdotação — continua a representar um grande desafio dentro dos modelos educacionais tradicionais. Indivíduos que possuem ambas as condições frequentemente encontram dificuldades tanto no diagnóstico quanto na adaptação de suas necessidades educacionais, uma vez que suas capacidades cognitivas podem mascarar suas limitações ou vice-versa.

Compreender como essa interseção influencia o desenvolvimento cognitivo, emocional e social desses indivíduos é fundamental para aprimorar as abordagens educacionais e psicossociais voltadas para eles. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a interseção entre TEA e Altas Habilidades, destacando os principais desafios relacionados à identificação, avaliação e educação desses alunos no contexto escolar brasileiro.

Além disso, o estudo propõe estratégias pedagógicas e de suporte que possam contribuir para um ambiente educacional mais inclusivo e responsivo às necessidades específicas desses estudantes. Para isso, este artigo foi estruturado em seções que abordam desde a fundamentação teórica até as implicações práticas no ambiente educacional.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

O TEA é um transtorno complexo do neurodesenvolvimento que afeta, em graus variados, a comunicação, o comportamento e a interação social. A prevalência do TEA tem aumentado nas últimas décadas, com estimativas atuais sugerindo que cerca de 1 em cada 54 crianças é diagnosticada com autismo (CDC, 2020). O diagnóstico de TEA é baseado em uma combinação de critérios clínicos, que incluem dificuldades na reciprocidade social, padrões de comportamento repetitivos e interesses restritos, além de possíveis respostas sensoriais atípicas (APA, 2013).

Pesquisas indicam que o TEA não é um distúrbio homogêneo, mas sim um espectro com diferentes subtipos e graus de

severidade. Isso significa que as intervenções e os apoios necessários variam amplamente de acordo com as características individuais de cada pessoa. Enquanto alguns indivíduos com TEA podem apresentar sérias dificuldades na comunicação verbal e no entendimento das normas sociais, outros podem exibir capacidades intelectuais e habilidades técnicas excepcionais, muitas vezes em áreas específicas como matemática, ciência ou música (BARON; COHEN, 2002).

As Altas Habilidades ou Superdotação referem-se a indivíduos que demonstram desempenho significativamente acima da média em uma ou mais áreas do conhecimento. Esse conceito é multifacetado e pode incluir inteligência acadêmica, criatividade, liderança, aptidões artísticas, entre outros (PFEIFFER, 2013). No Brasil, as Altas Habilidades são reconhecidas e regulamentadas pela Política Nacional de Educação Especial, que prevê o atendimento educacional especializado para esses alunos (BRASIL, 2008).

As altas habilidades, frequentemente referidas como superdotação, dizem respeito a indivíduos que demonstram um desempenho significativamente superior em uma ou mais áreas do conhecimento ou da criatividade quando comparados com seus pares. Essa condição envolve não apenas um alto QI, mas também características como pensamento divergente, curiosidade intensa e uma grande capacidade de aprender e processar informações.

### **Características Comuns:**

✓ **Raciocínio Lógico e Abstrato:** Capacidade de resolver problemas complexos e pensar de forma abstrata desde cedo.

- ✓ **Aprendizado Rápido:** Facilidade para compreender e absorver novas informações e conceitos, muitas vezes em ritmo acelerado.
- ✓ **Criatividade e Inovação:** Tendência a encontrar soluções originais e a pensar fora dos padrões convencionais.
- ✓ **Sensibilidade Emocional:** Alguns superdotados podem apresentar intensas emoções e, por vezes, desafios na adaptação social.
- ✓ **Currículo Flexível e Diferenciado:** É necessário adaptar o currículo para permitir que esses alunos explorem áreas de interesse e potencial.
- ✓ **Ambiente de Aprendizagem Desafiador:** Proporcionar desafios que estimulem o pensamento crítico e a criatividade.
- ✓ **Suporte Socioemocional:** Embora possuam habilidades cognitivas elevadas, esses alunos podem enfrentar dificuldades em aspectos emocionais e sociais, exigindo apoio especializado.
- ✓ **Intervenção Precoce:** A identificação e o acompanhamento adequado são essenciais para maximizar o desenvolvimento pleno do potencial do aluno.

Renzulli (1986) propôs um modelo trifásico de superdotação, que engloba habilidades acima da média, alta criatividade e grande comprometimento com tarefas específicas. Este modelo sugere que a superdotação não é apenas uma questão de inteligência medida por QI, mas também envolve o potencial criativo e o engajamento em atividades de interesse. No entanto, esses talentos muitas vezes não são identificados em alunos que também possuem TEA,

uma vez que as características deste transtorno podem mascarar ou distorcer o reconhecimento das Altas Habilidades.

A dupla excepcionalidade é um fenômeno onde características do TEA coexistem com as Altas Habilidades em um mesmo indivíduo, criando um perfil de desenvolvimento altamente singular. Esses alunos podem apresentar talentos excepcionais em áreas específicas, ao mesmo tempo em que enfrentam dificuldades significativas em outras, como na comunicação social ou no comportamento adaptativo. Isso gera desafios tanto no diagnóstico quanto na intervenção educacional (BAUM; OWEN; DIXON, 1991).

Pesquisas indicam que a identificação de alunos com dupla excepcionalidade é complexa e frequentemente subestimada. A sobreposição de características entre TEA e Altas Habilidades pode levar a diagnósticos errôneos ou incompletos. Por exemplo, um aluno superdotado com TEA pode ser visto apenas como "estranho" ou "desajustado" socialmente, enquanto suas habilidades excepcionais são negligenciadas (MENDES, 2012).

A dupla excepcionalidade ocorre quando um indivíduo apresenta simultaneamente características do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas Habilidades/Superdotação. Essa condição gera desafios únicos, pois os sinais de um dos perfis podem mascarar os do outro, dificultando a identificação precisa e o suporte adequado.

Pessoas com TEA geralmente demonstram dificuldades na comunicação social, interesses restritos e comportamentos repetitivos. Por outro lado, indivíduos com altas habilidades apresentam desempenho cognitivo acima da média, pensamento criativo e facilidade de aprendizado. Quando essas duas condições

coexistem, pode haver uma complexidade adicional no desenvolvimento acadêmico e social do estudante, exigindo estratégias educacionais diferenciadas.

A interseção entre TEA e altas habilidades pode se manifestar de diferentes formas. Alguns indivíduos podem demonstrar grande aptidão em áreas específicas, como matemática ou música, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios na interação social e na regulação emocional. Além disso, a rigidez cognitiva característica do TEA pode influenciar a forma como esses alunos aprendem e se relacionam com o ambiente escolar, tornando fundamental um suporte educacional personalizado e baseado em suas necessidades individuais.

## **DESAFIOS EDUCACIONAIS**

Os desafios educacionais para alunos com dupla excepcionalidade envolvem a identificação precisa de suas necessidades, a adaptação curricular e o suporte adequado. Muitas vezes, esses alunos são subestimados ou não recebem o atendimento correto, pois suas altas habilidades podem mascarar dificuldades relacionadas ao TEA. A falta de formação dos professores e a escassez de recursos especializados também representam barreiras significativas para seu desenvolvimento pleno no ambiente escolar.

**Resultados e Discussão os principais desafios identificados incluem:**

Dificuldades no Diagnóstico – Muitos indivíduos com TEA e altas habilidades não são identificados adequadamente, pois os traços de um podem mascarar os do outro.

Impacto Emocional e Social – A convivência com ambas as condições pode resultar em dificuldades de interação social e regulação emocional, exigindo suporte especializado.

Adaptação Escolar – O ensino tradicional nem sempre é adequado para atender às necessidades desses alunos, tornando essencial a implementação de estratégias diferenciadas.

### **Identificação e Avaliação**

A identificação de alunos com dupla excepcionalidade é um dos principais desafios enfrentados no ambiente escolar. As ferramentas de avaliação tradicionais frequentemente não são adequadas para capturar a complexidade das habilidades e dificuldades desses indivíduos. Mendes (2012) destaca que a avaliação precisa ser multidisciplinar e incluir tantas medidas padronizadas quanto observações qualitativas, que possam identificar áreas de força e de necessidade de suporte.

Além disso, é essencial que o processo diagnóstico seja contínuo e dinâmico, permitindo ajustes no plano educacional à medida que novas informações sobre o aluno são obtidas. Instrumentos como a observação sistemática em sala de aula, entrevistas com pais e professores, e testes específicos que avaliem tanto as capacidades cognitivas quanto as habilidades sociais e emocionais são recomendados (PFEIFFER; PETERS, 2014)

## **Estratégias Pedagógicas e Intervenções Educacionais**

Desenvolver e implementar estratégias pedagógicas eficazes para alunos com dupla excepcionalidade requer um entendimento profundo de suas características únicas. Freitas e Pereira (2017) sugerem que a criação de um Plano Educacional Individualizado (PEI) é crucial para atender a essas necessidades específicas. Esse plano deve ser elaborado com a participação de uma equipe multidisciplinar e incluir estratégias que contemplem tanto o suporte para as dificuldades associadas ao TEA quanto o estímulo para o desenvolvimento das Altas Habilidades.

### **Entre as estratégias pedagógicas recomendadas, destacam-se:- Currículo Flexível e Diferenciado:**

Adaptações no currículo são necessárias para permitir que o aluno explore áreas de interesse e talento, ao mesmo tempo em que recebe suporte adicional em áreas desafiadoras. Isso pode incluir atividades extracurriculares, projetos individuais e o uso de recursos didáticos diferenciados.

- **Ambiente de Aprendizagem Inclusivo:** Criar um ambiente escolar que valorize a diversidade e promova a aceitação das diferenças é fundamental. Isso inclui o treinamento contínuo dos professores e a implementação de práticas que fomentem o respeito e a colaboração entre os alunos.

- **Suporte Emocional e Social:** O suporte emocional e social é essencial para alunos com dupla excepcionalidade. Sessões regulares com psicólogos escolares, programas de mentoria e

grupos de apoio podem ajudar a desenvolver habilidades sociais e a enfrentar os desafios emocionais associados ao TEA.

- **Tecnologias Assistivas:** O uso de tecnologias assistivas, como aplicativos de comunicação alternativa e aumentativa (CAA) e softwares educativos personalizados, pode facilitar a aprendizagem e a comunicação para alunos com TEA.

- **Formação e Capacitação de Professores:** A formação continuada dos educadores é um elemento central para o sucesso da educação inclusiva. Programas de capacitação devem abordar tanto as especificidades do TEA quanto as Altas Habilidades, promovendo uma compreensão abrangente da dupla excepcionalidade e das melhores práticas para lidar com essa condição em sala de aula.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

A convivência entre autismo e altas habilidades representa um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para repensarmos os modelos educacionais tradicionais. A dupla excepcionalidade exige uma abordagem pedagógica que vá além do ensino padronizado, promovendo estratégias que reconheçam tanto as potencialidades quanto as dificuldades desses alunos.

Ao longo deste estudo, ficou evidente a necessidade de um ambiente escolar inclusivo, que valorize a diversidade e ofereça suporte individualizado. A adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas, o suporte socioemocional e a formação contínua de

professores são elementos essenciais para garantir que esses alunos desenvolvam seu potencial máximo.

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer. Futuras pesquisas devem se concentrar na identificação precoce da dupla excepcionalidade, no desenvolvimento de metodologias eficazes para o ensino desses alunos e na implementação de políticas públicas que assegurem a inclusão plena. Somente com um esforço conjunto entre educadores, famílias e a sociedade será possível garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa para todos.

A compreensão e a valorização da dupla excepcionalidade são fundamentais para promover uma educação inclusiva de qualidade. A coexistência de TEA e Altas Habilidades desafia os modelos educacionais tradicionais e requer uma abordagem pedagógica que seja tanto flexível quanto sensível às necessidades desses alunos. O reconhecimento de suas potencialidades, combinado com o suporte adequado para as dificuldades que enfrentam, é crucial para garantir o desenvolvimento integral desses indivíduos. É necessário um esforço contínuo na formação de educadores, na adaptação do currículo e na implementação de estratégias pedagógicas que permitam a esses alunos alcançar seu pleno potencial. Futuras pesquisas devem se concentrar no desenvolvimento de métodos mais eficazes para a identificação e intervenção junto a alunos com dupla excepcionalidade, além de explorar as melhores práticas para a formação continuada de professores e a criação de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos.

Reconhecer e atender às altas habilidades ou superdotação requer uma abordagem educacional inclusiva e personalizada, que valorize as potencialidades desses alunos enquanto oferece suporte para os desafios que podem enfrentar. A formação continuada de educadores e o desenvolvimento de políticas educacionais específicas são fundamentais para garantir que esses indivíduos alcancem seu pleno potencial, contribuindo de maneira significativa para a sociedade.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. 5th ed. Washington, D.C.: APA, 2013.

BARON-COHEN, S. **The Essential Difference: Male and Female Brains and the Truth about Autism**. New York: Basic Books, 2002.

PFEIFFER Steven I. **Gifted students with a coexisting disability: The twice exceptional**. Florida State University, Department of Educational Psychology and Learning Systems, College of Education. Stone Building 3206-H, 32306-4453, Tallahassee, FL, United States. 2015.

**CAPÍTULO III - AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL (MAELY MARQUES SANTANA)**

## **As práticas pedagógicas na Educação Especial**

Maely Marques Santana

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo explorar as práticas pedagógicas na educação especial, focando nas estratégias e métodos que visam a inclusão e o desenvolvimento integral de alunos com necessidades educacionais especiais. Baseado em uma revisão de literatura e nas diretrizes estabelecidas pela legislação brasileira, o estudo aborda as principais abordagens pedagógicas, a importância do Plano Educacional Individualizado (PEI) e as ferramentas de suporte utilizadas para garantir uma educação de qualidade para todos. As práticas pedagógicas na Educação Especial têm como foco principal a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essas práticas devem ser flexíveis, individualizadas e centradas nas necessidades de cada aluno, respeitando suas particularidades e promovendo a participação ativa no processo de ensino-aprendizagem. Entre as principais estratégias estão o planejamento individualizado, a adaptação curricular, o uso de tecnologias assistivas, metodologias ativas e diversificadas, além do trabalho colaborativo entre professores, famílias e profissionais de apoio. A formação continuada dos educadores também é essencial para o desenvolvimento de práticas inclusivas eficazes. Assim, a Educação Especial contribui para a construção de uma escola mais democrática, equitativa e acolhedora para todos.

**Palavras-chave:** Educação especial. Práticas pedagógicas. Inclusão. PEI. Necessidades educacionais especiais.

### **Abstract**

This article aims to explore pedagogical practices in special education, focusing on strategies and methods that promote inclusion and the holistic development of students with special educational needs. Based on a literature review and the guidelines established by Brazilian legislation, the study addresses the main

pedagogical approaches, the importance of the Individualized Educational Plan (IEP), and the support tools used to ensure quality education for all. Pedagogical practices in Special Education are primarily centered on the inclusion and comprehensive development of students with disabilities, autism spectrum disorders, global developmental disorders, and giftedness or high abilities. These practices should be flexible, individualized, and tailored to the specific needs of each student, respecting their particularities and promoting active participation in the teaching-learning process. Among the key strategies are individualized planning, curriculum adaptation, the use of assistive technologies, active and diversified methodologies, as well as collaborative work among teachers, families, and support professionals. Ongoing teacher training is also essential for the development of effective inclusive practices. Thus, Special Education contributes to the construction of a more democratic, equitable, and welcoming school for all.

**Keywords:** Special education. Pedagogical practices. Inclusion. IEP. Special educational needs.

## 1. INTRODUÇÃO

A educação especial no Brasil tem evoluído significativamente ao longo dos anos, buscando garantir que todos os alunos, independentemente de suas capacidades ou limitações, tenham acesso a uma educação de qualidade. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular é um dos principais desafios enfrentados pelos educadores, que precisam adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais de cada aluno. Este artigo discute as práticas pedagógicas eficazes na educação especial, com ênfase na personalização do ensino e no uso de estratégias inclusivas.

A Educação Especial no Brasil tem passado por importantes transformações nas últimas décadas, com o objetivo de assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas limitações ou

habilidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular representa um dos maiores desafios da prática docente, exigindo dos educadores adaptações metodológicas e sensibilidade para lidar com a diversidade presente em sala de aula. Nesse contexto, este artigo propõe uma reflexão sobre as práticas pedagógicas eficazes na Educação Especial, destacando a importância da personalização do ensino e da utilização de estratégias inclusivas para promover a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos.

A Educação Especial, como modalidade transversal do sistema educacional, tem como principal objetivo assegurar o direito à educação de qualidade para todos, promovendo a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Nesse contexto, as práticas pedagógicas desempenham um papel fundamental, pois devem ser adaptadas às necessidades específicas de cada estudante, garantindo a sua participação, aprendizagem e desenvolvimento pleno. A efetivação de uma educação inclusiva requer planejamento, sensibilidade, criatividade e, sobretudo, o compromisso dos profissionais da educação em construir ambientes de aprendizagem acessíveis, equitativos e acolhedores. Este texto tem como objetivo discutir as principais práticas pedagógicas utilizadas na Educação Especial, destacando estratégias, recursos e ações que contribuem para uma escola verdadeiramente inclusiva.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A legislação brasileira, no contexto da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) - Lei nº 13.146/2015, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), estabelece as bases para a educação inclusiva. Essas leis garantem o direito de todos os alunos a um ensino de qualidade e adaptado às suas necessidades específicas. A legislação brasileira tem desempenhado um papel fundamental na consolidação da Educação Especial como um direito de todos os cidadãos.

A **Constituição Federal de 1988** garante, em seu artigo 208, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996**, por sua vez, reforça a importância da oferta de serviços de apoio especializados, integrados ao processo de ensino, para promover o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Outro marco relevante é a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146/2015**, que amplia os direitos das pessoas com deficiência e estabelece diretrizes para eliminar barreiras no ambiente escolar, assegurando uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Além disso, a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)** orienta as redes de ensino a reorganizarem suas práticas pedagógicas e estruturais, promovendo o atendimento educacional

especializado (AEE), a formação de professores e o uso de recursos e tecnologias assistivas.

Esses marcos legais não apenas reconhecem o direito de todos à educação, mas também orientam as escolas e os profissionais da educação a adotarem práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e promovam a inclusão. Assim, os educadores são chamados a transformar suas abordagens, adaptando conteúdos, metodologias e avaliações para atender às necessidades específicas de cada aluno, garantindo sua plena participação no ambiente escolar.

As práticas pedagógicas voltadas para a Educação Especial devem ser pautadas na inclusão, no respeito às diferenças e no direito de todos à aprendizagem. A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige a implementação de estratégias que contemplem as necessidades específicas de cada aluno, promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades de forma equitativa.

Uma das principais práticas é o **planejamento pedagógico individualizado**, realizado a partir da observação e avaliação contínua dos alunos. Por meio do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), o professor pode adaptar os objetivos, conteúdos e metodologias de ensino, respeitando o ritmo e as formas de aprendizagem de cada estudante. Outra prática fundamental é a **adaptação curricular**, que consiste na reorganização de conteúdos, atividades e avaliações para garantir o acesso e a participação dos alunos no currículo escolar.

Isso pode incluir desde a simplificação de tarefas até o uso de materiais alternativos e recursos didáticos diferenciados, como

jogos pedagógicos, materiais táteis, vídeos com Libras ou legendas, entre outros. O uso de **tecnologia assistiva** também é uma ferramenta importante nesse processo. Recursos como softwares de leitura, pranchas de comunicação, teclados adaptados e dispositivos de ampliação visual possibilitam maior autonomia, participação e comunicação dos alunos com deficiência.

Além disso, o **trabalho colaborativo** entre professores regulares, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), equipe pedagógica, família e demais profissionais de apoio (como terapeutas, psicólogos e fonoaudiólogos) é essencial para garantir a continuidade das ações pedagógicas e a inclusão efetiva dos estudantes no contexto escolar.

Por fim, a **formação continuada dos educadores** é indispensável para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes. A qualificação constante permite que os profissionais estejam preparados para lidar com os desafios da inclusão, compreendendo melhor as especificidades de cada aluno e promovendo ambientes de aprendizagem mais acessíveis, dinâmicos e acolhedores.

As práticas pedagógicas na educação especial envolvem a adaptação de métodos de ensino, a utilização de recursos específicos e a implementação de estratégias que promovam a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos. Segundo Mittler (2003), a inclusão exige uma mudança na abordagem pedagógica, com foco na individualização do ensino e na valorização das diferenças.

● **Adaptações Curriculares:** De acordo com Bossa (2002), as adaptações curriculares são essenciais para garantir

que os alunos com necessidades educacionais especiais possam acompanhar o conteúdo programático. Essas adaptações incluem a simplificação de materiais, a utilização de recursos visuais e a modificação dos métodos de avaliação.

● **Ensino Colaborativo:** O ensino colaborativo, como descrito por Pugach e Johnson (1995), envolve a parceria entre professores regulares e especialistas em educação especial. Essa colaboração permite a troca de conhecimentos e a implementação de estratégias pedagógicas mais eficazes.

● **Tecnologias Assistivas:** As tecnologias assistivas são ferramentas importantes para facilitar o aprendizado de alunos com deficiências. Conforme Roblyer e Edwards (2000), essas tecnologias incluem softwares educacionais, dispositivos de comunicação alternativa e outros recursos que ajudam a superar barreiras de aprendizagem.

● **Metodologia:** Este estudo baseou-se em uma revisão de literatura abrangente, analisando artigos científicos, livros e documentos oficiais sobre práticas pedagógicas na educação especial. A análise foi direcionada para identificar as estratégias mais eficazes e as melhores práticas recomendadas para a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular.

● **Discussão:** Importância do Plano Educacional Individualizado (PEI): O PEI é um documento essencial para a educação de alunos com necessidades especiais, conforme destacado por Mantoan (2006). Ele permite a definição de metas específicas e a adaptação do currículo às necessidades individuais de cada aluno. A elaboração do PEI deve ser um

processo colaborativo, envolvendo educadores, especialistas e a família do aluno.

● **Estratégias Pedagógicas Inclusivas:** As estratégias pedagógicas inclusivas, como o uso de metodologias ativas e a aprendizagem baseada em projetos, promovem a participação ativa de todos os alunos. Mittler (2003) sugere que essas abordagens não apenas beneficiam os alunos com necessidades especiais, mas também enriquecem a experiência educativa de toda a turma.

● **Desafios e Soluções:** Os principais desafios na implementação de práticas pedagógicas inclusivas incluem a falta de formação adequada dos professores e a resistência à mudança. Segundo Sasaki (1997), a solução para esses desafios envolve a capacitação contínua dos educadores e a promoção de uma cultura escolar inclusiva.

## CONCLUSÃO

As práticas pedagógicas na educação especial são fundamentais para garantir a inclusão e o desenvolvimento integral de alunos com necessidades educacionais especiais. A personalização do ensino, o uso de tecnologias assistivas e a colaboração entre educadores são estratégias essenciais para promover uma educação de qualidade para todos. O PEI desempenha um papel crucial nesse processo, permitindo a adaptação do currículo e a definição de metas específicas para cada aluno. A superação dos desafios enfrentados pelos

educadores requer investimento em formação contínua e a promoção de uma cultura inclusiva nas escolas.

A efetivação de práticas pedagógicas inclusivas na Educação Especial é indispensável para assegurar o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno de todos os alunos. Estratégias como a personalização do ensino, a integração de tecnologias assistivas e o trabalho conjunto entre profissionais da educação fortalecem o processo de inclusão. O Plano de Ensino Individualizado (PEI) se destaca como uma ferramenta essencial para orientar o planejamento e adequar o currículo às especificidades de cada estudante. Para que essas práticas sejam efetivas, é imprescindível investir na formação contínua dos educadores e promover uma cultura escolar baseada na empatia, no respeito às diferenças e na valorização da diversidade.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOSSA, Nádia A. *Dificuldades de aprendizagem: o que são e como tratar*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MITTLER, Peter. *Working towards inclusive education: social contexts*. London: David Fulton Publishers, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.

PUGACH, Marleen C.; JOHNSON, Lawrence J. Collaborative practitioners, collaborative schools. Denver: *Love Publishing Company*, 1995.

ROBLER, M. D.; EDWARDS, J. *Integrating Educational Technology into Teaching*. Columbus. Prentice Hall, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

**CAPÍTULO IV: BENEFÍCIOS DA MUSICALIZAÇÃO PARA O  
ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NO  
ENSINO MÉDIO (LUIZE QUETERINE KILKER)**

## **Benefícios da musicalização para o ensino-aprendizagem de Línguas estrangeiras no ensino médio**

Luize Queterine Kilker

### **RESUMO**

A musicalização é uma prática pedagógica que tem ganhado espaço no ensino de línguas estrangeiras, principalmente no Ensino Médio, etapa em que os estudantes vivenciam intensas transformações cognitivas e afetivas. Este artigo visa explorar os benefícios do uso da música como estratégia didática no processo de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, considerando aspectos como a motivação dos alunos, a ampliação do vocabulário, o desenvolvimento da pronúncia, da compreensão auditiva e da fluência verbal. Por meio de uma revisão bibliográfica, são analisadas as contribuições de autores como Gardner, Krashen, Fonseca-Mora e Paiva, que fundamentam a inserção da musicalização como recurso significativo para uma aprendizagem mais contextualizada, prazerosa e eficiente. Os resultados apontam que a música não apenas facilita o processo cognitivo de aquisição linguística, mas também promove o engajamento, a expressão emocional e a valorização da cultura da língua-alvo, favorecendo um aprendizado integral e humanizado.

**Palavras-chave:** Musicalização. Ensino de línguas. Ensino Médio. Motivação. Educação linguística.

### **1 Introdução**

A aprendizagem de línguas estrangeiras, especialmente no contexto escolar, é um desafio que requer abordagens didáticas inovadoras, contextualizadas e centradas no aluno. Tradicionalmente, o ensino de línguas é baseado na memorização

de regras gramaticais e listas de vocabulário, muitas vezes desarticuladas da realidade dos estudantes, o que gera desinteresse e frustração.

No Ensino Médio, esse cenário se intensifica, pois os alunos estão em um período de transição entre a adolescência e a vida adulta, marcado por novas demandas emocionais, sociais e acadêmicas. A musicalização, nesse contexto, surge como uma estratégia pedagógica que alia emoção, cultura, linguagem e ludicidade, criando condições propícias para o aprendizado de uma nova língua.

Este artigo tem como objetivo analisar os impactos positivos da musicalização no ensino de línguas estrangeiras no Ensino Médio, destacando sua contribuição para o desenvolvimento de competências linguísticas, cognitivas e afetivas, com base em aportes teóricos e exemplos práticos.

## **2 Fundamentação Teórica**

### **2.1 A música como linguagem e meio de aprendizagem**

A música é uma das formas mais antigas e universais de expressão humana. Ela comunica emoções, transmite histórias e conecta culturas. Para Gardner (1995), a inteligência musical é uma das oito inteligências múltiplas presentes no ser humano, podendo ser estimulada para favorecer a aprendizagem em diversas áreas do conhecimento.

No ensino de línguas, a música é capaz de integrar vários aspectos da comunicação, como entonação, ritmo, prosódia e expressão cultural. Segundo Medina (2002), as canções são ferramentas poderosas para ensinar estruturas linguísticas, vocabulário e contextos sociais de uso da língua de forma natural e envolvente.

## **2.2 Teorias da aquisição linguística e o papel da emoção**

Krashen (1982), em sua teoria do filtro afetivo, destaca que fatores emocionais influenciam diretamente o sucesso na aquisição de uma segunda língua. Ambientes estressantes e métodos rígidos aumentam a ansiedade dos alunos, bloqueando o aprendizado. A música, por outro lado, reduz a tensão, eleva a autoestima e cria um ambiente seguro para experimentações linguísticas.

Fonseca-Mora (2000) argumenta que a melodia, o ritmo e os padrões repetitivos das canções ajudam na internalização da linguagem, ativando áreas cerebrais ligadas à memória de longo prazo e ao prazer, o que potencializa o processo de retenção e recuperação do conteúdo aprendido.

## **3. Musicalização e Desenvolvimento de Competências Linguísticas**

### **3.1 Compreensão auditiva e pronúncia**

A escuta de músicas em língua estrangeira favorece o desenvolvimento da compreensão auditiva de forma contextualizada. Ao se deparar com diferentes sotaques, entonações e estilos musicais, o aluno amplia sua capacidade de entender a língua falada em situações reais.

A repetição melódica presente nas músicas contribui para a correção da pronúncia e entonação. Cantar uma canção estrangeira envolve a reprodução de fonemas e padrões linguísticos com ritmo e fluidez, facilitando o desenvolvimento da oralidade.

### **3.2 Vocabulário e estruturas gramaticais**

Canções permitem a exposição constante a novas palavras e expressões idiomáticas. Atividades como completar lacunas nas letras, identificar tempos verbais, ou substituir palavras por sinônimos desenvolvem o vocabulário e o domínio das estruturas gramaticais.

Segundo Paiva (2009), as canções promovem a internalização inconsciente de regras linguísticas, muitas vezes sem a necessidade de explicações gramaticais diretas, favorecendo uma aprendizagem mais natural.

## **4. Musicalização como Estratégia de Motivação e Inclusão**

### **4.1 Engajamento e protagonismo do aluno**

A música é parte do cotidiano dos adolescentes, estando presente em suas playlists, redes sociais, filmes e séries. Incorporar esse universo ao ambiente escolar torna o ensino mais atrativo, participativo e significativo.

Quando os alunos são convidados a escolher músicas, criar paródias ou apresentar performances em língua estrangeira, eles se tornam protagonistas do processo de aprendizagem, o que eleva sua autoestima e senso de pertencimento.

#### **4.2 Inclusão e acessibilidade**

A musicalização também pode ser uma estratégia inclusiva. Estudantes com dificuldades de leitura ou escrita, transtornos de aprendizagem ou déficit de atenção tendem a se beneficiar de atividades auditivas e interativas.

Além disso, a música pode aproximar culturas e valorizar a diversidade, contribuindo para uma educação intercultural e plural, essencial em um mundo globalizado.

### **5. Aplicações Práticas em Sala de Aula**

A seguir, apresentam-se sugestões de atividades práticas que podem ser utilizadas por professores de línguas no Ensino Médio:

- **Compreensão de letras:** ouvir uma música e realizar atividades de interpretação, vocabulário e gramática com base no conteúdo da letra.

- **Cloze:** entregar a letra com lacunas para serem preenchidas durante a escuta.
- **Tradução crítica:** comparar versões oficiais e alternativas de traduções, discutindo sentidos culturais e conotações.
- **Produção de paródias:** incentivar os alunos a reescreverem letras com novos significados ou temas estudados.
- **Karaokê educativo:** trabalhar fluência, pronúncia e expressividade por meio de apresentações musicais.

Essas atividades não apenas desenvolvem habilidades linguísticas, mas também promovem criatividade, trabalho em grupo e valorização da identidade cultural dos alunos.

## 6. Considerações Finais

A musicalização representa uma metodologia potente e multifacetada para o ensino de línguas estrangeiras no Ensino Médio. Por meio dela, os alunos se envolvem de forma mais autêntica, afetiva e significativa com a língua-alvo, superando as barreiras impostas pelos métodos tradicionais.

Com base na literatura e em experiências práticas, é possível afirmar que a música não apenas contribui para a aprendizagem linguística, mas também promove o desenvolvimento socioemocional, a motivação e a inclusão. Cabe ao professor reconhecer esse potencial e planejar o uso da música com intencionalidade didática, respeitando os níveis de proficiência, os objetivos curriculares e os interesses dos alunos.

Investir na musicalização como ferramenta pedagógica é investir em um ensino mais humano, criativo e eficaz, que dialogue com a realidade dos estudantes e os prepare para o uso significativo das línguas em contextos reais e interculturais.

## Referências

FONSECA-MORA, M. Carmen. Aquisição de língua estrangeira e melodia: cantoria. *ELT Jornal* v. 54, n. 2, p. 146–152, 2000.

GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas: A teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 1995.

KRASHEN, Stephen. Princípios e Prática na Aquisição de uma Segunda Língua. Oxford: Pergamon Press, 1982.

MEDINA, Suzanne L. Usando música para melhorar a aquisição de um segundo idioma: Da teoria à prática. *TESOL Jornal*, v. 6, n. 3, p. 6-10, 2002.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. Aquisição de segunda língua e língua estrangeira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SCHMIDT, Richard. O papel da consciência na aprendizagem de uma segunda língua. *Linguística Aplicada*, v. 11, n. 2, p. 129–158, 1990.

**CAPÍTULO V - CONSCIENTIZAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR  
COMO FORMA DE COMBATE AO ASSÉDIO E VIOLÊNCIA  
CONTRA A MULHER (LUCIANO JOSÉ P. S. DA SILVA)**

## **Conscientização no ambiente escolar como forma de combate ao assédio e violência contra a mulher**

Luciano José P. S. da Silva

### **RESUMO**

A violência contra a mulher é um fenômeno histórico e estrutural, que se manifesta em diferentes contextos sociais, inclusive no ambiente escolar. Este artigo analisa a importância da conscientização no espaço educativo como estratégia de enfrentamento ao assédio e à violência de gênero. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise qualitativa, discute-se como a escola pode se constituir em um espaço de reflexão, prevenção e transformação de comportamentos e mentalidades machistas e sexistas. A proposta defende a necessidade de práticas pedagógicas baseadas em valores de igualdade, respeito e direitos humanos, enfatizando a importância da formação continuada de professores, da inclusão de temáticas de gênero no currículo e da atuação conjunta entre escola, família e comunidade. Conclui-se que a educação crítica e transformadora é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e segura para todas as mulheres.

**Palavras-chave:** Violência de gênero. Assédio. Escola. Educação para a igualdade. Direitos das mulheres.

### **Introdução**

A violência contra a mulher constitui um grave problema social e uma violação dos direitos humanos, cujas raízes estão profundamente ligadas à cultura patriarcal e às desigualdades de gênero historicamente construídas. Em suas múltiplas formas — física, psicológica, sexual, moral e patrimonial —, essa violência

atravessa todos os espaços da vida em sociedade, inclusive os ambientes escolares.

A escola, como espaço privilegiado de socialização e formação de valores, tem papel fundamental na construção de uma cultura de paz, respeito e igualdade. Através da educação, é possível questionar estereótipos de gênero, promover o empoderamento feminino e desenvolver atitudes críticas diante de práticas discriminatórias e violentas.

Este artigo tem como objetivo analisar a importância da conscientização no ambiente escolar como estratégia de combate ao assédio e à violência contra a mulher. Propõe-se discutir o papel da educação na prevenção da violência de gênero, refletindo sobre as possibilidades pedagógicas e institucionais para a promoção da equidade e do respeito mútuo entre meninas e meninos.

### **Fundamentação teórica: gênero, violência e educação**

A compreensão da violência contra a mulher exige uma análise interdisciplinar que considere os aspectos culturais, históricos e sociais que legitimam e perpetuam a desigualdade de gênero. De acordo com Scott (1995), o gênero é uma construção social que organiza as relações de poder entre homens e mulheres, produzindo normas, papéis e expectativas distintas.

A violência de gênero, segundo Saffioti (2004), é resultado das assimetrias de poder que estruturam as relações entre os sexos. Ela se manifesta de formas diversas, que vão desde a discriminação simbólica até a agressão física e o feminicídio. Nesse

sentido, o combate à violência contra a mulher requer ações que enfrentem as raízes culturais do problema.

A escola, como instituição formadora, deve ser vista não apenas como reprodutora de saberes, mas como agente de transformação social. Para Freire (1996), a educação é prática da liberdade, na medida em que propicia a reflexão crítica da realidade e a construção de uma consciência emancipadora.

### **A violência contra a mulher e o contexto escolar**

A presença de comportamentos discriminatórios e violentos no ambiente escolar é uma realidade preocupante. Assédio, bullying de cunho sexista, piadas machistas, silenciamento de meninas e exclusão de conteúdos sobre igualdade de gênero são formas de violência simbólica e institucional que ocorrem frequentemente nas escolas.

A naturalização dessas práticas contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero e impede que meninas se desenvolvam plenamente. Conforme os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), meninas em idade escolar são frequentemente vítimas de assédio, abuso sexual e violência psicológica, tanto por colegas quanto por adultos.

O silêncio institucional, a ausência de protocolos e a falta de formação dos educadores para lidar com essas situações agravam o problema. Torna-se, portanto, imperativo que a escola assuma o compromisso de enfrentar a violência de gênero com ações preventivas, educativas e acolhedoras.

## **A conscientização como estratégia de prevenção**

Conscientizar é tornar consciente. No contexto escolar, isso significa criar oportunidades para que alunos e alunas reflitam criticamente sobre as relações de gênero, os direitos das mulheres e as formas de violência que as afetam. A conscientização é uma estratégia educativa fundamental para prevenir o assédio e a violência.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê o desenvolvimento de competências socioemocionais e a formação ética dos estudantes. A inclusão da temática de gênero nos projetos pedagógicos está em sintonia com esse objetivo e deve ser tratada de forma transversal, contínua e sistemática.

Práticas como debates, rodas de conversa, leitura de obras literárias com protagonismo feminino, análise de filmes, oficinas temáticas e campanhas de sensibilização são instrumentos pedagógicos que podem ser utilizados para promover a conscientização.

## **A formação de professores e a gestão escolar comprometida**

A formação continuada de professores é um dos pilares da conscientização escolar. Muitos educadores e educadoras ainda têm dificuldade em abordar temas de gênero em sala de aula, seja

por falta de preparo, seja por medo de resistência por parte de pais e da comunidade.

Segundo Louro (1997), a formação docente deve incluir uma abordagem crítica das relações de gênero, desnaturalizando as desigualdades e promovendo a inclusão de saberes feministas e antidiscriminatórios no fazer pedagógico.

A gestão escolar também desempenha papel decisivo na construção de um ambiente seguro e igualitário. A elaboração de políticas institucionais de enfrentamento à violência de gênero, a criação de comissões de apoio e escuta, e o estabelecimento de canais de denúncia são medidas que fortalecem a atuação da escola na proteção dos direitos das meninas e mulheres.

## **O papel da comunidade escolar na promoção da igualdade de gênero**

A conscientização não é tarefa exclusiva dos professores. Ela exige o engajamento de toda a comunidade escolar: direção, coordenação, funcionários, estudantes e familiares. A escola deve atuar como um espaço democrático e inclusivo, que promova a participação de todos na construção de uma cultura de paz.

Projetos interdisciplinares, encontros com famílias, parcerias com instituições de defesa dos direitos das mulheres e campanhas de sensibilização podem contribuir para criar uma rede de apoio à prevenção da violência.

Além disso, é essencial ouvir as estudantes. Dar voz às meninas, valorizar suas experiências e reconhecer seus direitos são

passos fundamentais para que se sintam protegidas e empoderadas. A escuta ativa e o acolhimento são práticas educativas que fortalecem os vínculos e promovem a confiança na instituição escolar.

### **A escola como agente de transformação social**

A educação tem poder transformador. Quando orientada por princípios de equidade, justiça social e respeito às diferenças, ela contribui para a desconstrução de valores patriarcais e a construção de novas formas de convivência baseadas no respeito e na dignidade humana.

A escola pode e deve atuar como espaço de resistência à cultura da violência e do silenciamento. Por meio da conscientização, do diálogo e da educação para os direitos humanos, é possível formar novas gerações mais sensíveis, justas e comprometidas com a construção de uma sociedade sem violência contra a mulher.

### **Considerações finais**

A violência contra a mulher é um problema estrutural que requer ações articuladas em todas as esferas da sociedade. A escola, como espaço privilegiado de formação, tem o dever de promover a conscientização sobre o tema e contribuir para a superação das desigualdades de gênero.

Este artigo defende a importância da inclusão de temáticas de gênero nos currículos escolares, da formação continuada dos educadores, da criação de políticas institucionais de enfrentamento à violência e da participação ativa de toda a comunidade escolar.

Conscientizar é prevenir. E prevenir é proteger. A escola tem um papel essencial nesse processo, podendo contribuir significativamente para o combate ao assédio e à violência contra a mulher, por meio da construção de uma educação emancipadora, crítica e transformadora.

## Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 02 maio 2025.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*.  
Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez.  
1995.

**CAPÍTULO VI - ESPECTRO AUTISMO GRAU 1 E AS  
ADAPTAÇÕES CURRICULARES NECESSÁRIAS NO ENSINO  
REGULAR BRASILEIRO (MAELY MARQUES SANTANA)**

## **Espectro Autismo Grau 1 e as adaptações curriculares necessárias no Ensino Regular Brasileiro**

Maely Marques Santana

### **RESUMO**

Este artigo examina as adaptações curriculares necessárias para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) grau 1 no ensino regular brasileiro. Através de uma revisão de literatura, discutem-se estratégias pedagógicas, intervenções e recursos que promovem a inclusão desses alunos, garantindo um ambiente educacional acessível e eficaz. A análise baseia-se em diretrizes nacionais e internacionais, além de estudos de caso que ilustram boas práticas.

**Palavras-chave:** Autismo grau 1. Adaptações curriculares. Inclusão. Ensino Regular, Educação Especial.

### **Abstract**

This article examines the curricular adaptations required for students with Autism Spectrum Disorder (ASD) grade 1 in Brazilian regular education. Through a literature review, pedagogical strategies, interventions and resources that promote the inclusion of these students are discussed, ensuring an accessible and effective educational environment. The analysis is based on national and international guidelines, as well as case studies that illustrate good practices.

**Keywords:** Autism grade 1. Curricular adaptations. Inclusion, regular education. Special Education.

## **1. INTRODUÇÃO**

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular é um desafio significativo para o sistema educacional brasileiro. Entre os graus de TEA, o grau 1, que

envolve menos necessidade de suporte, requer adaptações específicas para garantir que esses alunos possam desenvolver seu potencial plenamente. Este artigo discute as adaptações curriculares necessárias para alunos com autismo grau 1 no ensino regular, baseando-se em revisões de literatura e diretrizes educacionais.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por desafios na comunicação social e por padrões de comportamento repetitivos e restritivos, que se manifestam em diferentes graus de intensidade. No caso do **Grau 1**, considerado o nível mais leve dentro do espectro, os indivíduos apresentam maior autonomia, mas ainda assim necessitam de suporte para lidar com as demandas sociais e educacionais do ambiente escolar.

Com o avanço das políticas de inclusão no Brasil, cresce o número de estudantes com TEA Grau 1 inseridos no ensino regular, o que exige da escola e dos educadores uma atenção especial às **adaptações curriculares** que favoreçam a aprendizagem e a participação plena desses alunos.

Este trabalho tem como objetivo discutir as principais adaptações necessárias no currículo escolar, considerando as características do TEA Grau 1 e os desafios enfrentados no cotidiano da educação básica. Problema de Pesquisa, Quais são as adaptações curriculares mais eficazes para alunos com TEA grau 1 no ensino regular brasileiro? O objetivo geral: Analisar as adaptações curriculares necessárias para a inclusão de alunos com autismo grau 1 no ensino regular brasileiro.

Analisar as adaptações curriculares necessárias para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) Grau 1 no ensino regular brasileiro, considerando os aspectos pedagógicos, metodológicos e institucionais.

Objetivos Específicos: **Identificar** as principais estratégias de ensino utilizadas por professores no atendimento a alunos com TEA Grau 1. **Examinar** as adaptações curriculares e o uso de tecnologias assistivas que favorecem a aprendizagem desses estudantes. **Avaliar** os desafios enfrentados por educadores e instituições escolares na implementação de práticas inclusivas voltadas ao público com autismo grau 1.

A Metodologia, Tipo de Pesquisa, este estudo baseou-se em uma revisão de literatura qualitativa, analisando artigos científicos, livros e documentos oficiais sobre TEA e adaptações curriculares. Coleta de Dados, foram selecionadas fontes que discutem práticas pedagógicas e políticas de inclusão, focando em estudos de caso brasileiros para ilustrar as estratégias aplicadas no contexto local. Análise de Dados: a análise de dados foi realizada de forma qualitativa, buscando identificar padrões e temas recorrentes nas práticas pedagógicas e nas adaptações curriculares.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A Proposta nesse contexto, a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente aqueles diagnosticados com **Grau 1**, representa um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade para o aprimoramento das práticas

pedagógicas no ensino regular. Alunos com TEA Grau 1 geralmente apresentam habilidades cognitivas preservadas, mas enfrentam dificuldades significativas em aspectos como comunicação social, flexibilidade comportamental e adaptação ao ambiente escolar, o que demanda atenção específica dos educadores.

A importância da educação inclusiva é reconhecida mundialmente. Este estudo busca contribuir para a melhoria das práticas pedagógicas na educação especial no Brasil, fornecendo insights e recomendações baseadas em pesquisa empírica. A importância da educação inclusiva é amplamente reconhecida por organismos internacionais, como a ONU e a UNESCO, e consolidada em legislações brasileiras que asseguram o direito de todos os alunos a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou emocionais. Entre os grupos que demandam atenção especial está o de estudantes com Transtorno do estudo busca, portanto, contribuir para o avanço das práticas pedagógicas voltadas à educação especial no Brasil, oferecendo reflexões, estratégias e recomendações fundamentadas em pesquisa empírica e teórica.

Ao analisar as necessidades específicas dos alunos com TEA Grau 1 e os recursos que favorecem sua inclusão, o trabalho pretende auxiliar educadores, gestores e formuladores de políticas públicas na construção de um sistema educacional mais justo, acessível e inclusivo. A importância da educação inclusiva é reconhecida mundialmente como um direito fundamental e um princípio essencial para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

A Declaração de Salamanca (1994), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e as legislações nacionais, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a LDB (Lei nº 9.394/1996), reforçam o compromisso com uma educação que valorize a diversidade e promova a equidade de oportunidades para todos os estudantes. A efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva exige **adaptações curriculares individualizadas**, o uso de **tecnologias assistivas** e o desenvolvimento de **estratégias pedagógicas diferenciadas**, capazes de atender às necessidades específicas desses estudantes. Além disso, é fundamental oferecer **formação continuada** aos profissionais da educação, promovendo uma mudança cultural nas escolas em direção à valorização da diversidade.

Diante disso, este estudo se justifica pela necessidade urgente de compreender e aprimorar as práticas educativas destinadas aos alunos com TEA Grau 1, contribuindo para a superação de barreiras que ainda persistem no sistema educacional brasileiro. Ao fornecer **insights teóricos e recomendações práticas**, com base em evidências e na análise de experiências concretas, esta pesquisa pretende apoiar educadores, gestores e formuladores de políticas públicas na consolidação de uma escola mais acessível, acolhedora e eficaz para todos.

## **Transtorno do Espectro Autista Grau 1**

O TEA grau 1, anteriormente conhecido como síndrome de Asperger, é caracterizado por dificuldades na comunicação social e comportamentos restritos e repetitivos, mas com uma necessidade de suporte menor comparado aos graus mais severos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013). Segundo Souza (2018), alunos com TEA grau 1 geralmente apresentam inteligência na média ou acima da média, mas enfrentam desafios significativos em situações sociais e em compreender nuances de comunicação. Espectro Autista (TEA), em especial aqueles classificados no Grau 1, que, embora apresentem maior autonomia, enfrentam desafios significativos no processo de ensino-aprendizagem, especialmente no que diz respeito à interação social, à comunicação e à flexibilidade de pensamento.

Com o crescimento da inclusão desses alunos no ensino regular, torna-se imprescindível que as instituições de ensino e os profissionais da educação estejam preparados para adaptar o currículo de maneira eficaz, respeitando as particularidades de cada estudante e promovendo sua plena participação no ambiente escolar. As adaptações curriculares, quando bem planejadas, podem ser determinantes para o sucesso acadêmico, emocional e social desses alunos, contribuindo para uma educação verdadeiramente equitativa.

## **Adaptações Curriculares no Ensino Regular, Legislação e Políticas Públicas**

A legislação brasileira, incluindo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), exige que escolas regulares forneçam as adaptações necessárias para garantir a inclusão de alunos com deficiência (BRASIL, 2015). De acordo com a LDB (Lei nº 9.394/1996), adaptações curriculares são: A legislação brasileira tem avançado significativamente no sentido de garantir o direito à educação inclusiva para todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência.

A **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)** – Lei nº 13.146/2015 – estabelece que é dever do Estado, da família, da sociedade e das instituições de ensino assegurar, com prioridade, a inclusão plena das pessoas com deficiência em todos os níveis e modalidades de ensino, com igualdade de condições. Complementando esse marco legal, a **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** (2008) orienta que os sistemas de ensino devem promover o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, garantindo os recursos e serviços de apoio necessários.

A **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** – Lei nº 9.394/1996 – reforça essa perspectiva ao reconhecer a necessidade de **currículos, métodos, técnicas e recursos educativos específicos** para atender adequadamente os estudantes com necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, as **adaptações curriculares** não apenas são permitidas, mas consideradas essenciais para assegurar a equidade no processo de ensino-aprendizagem, respeitando as singularidades

de cada aluno. Esses dispositivos legais demonstram o compromisso do Brasil com a construção de um sistema educacional inclusivo e reafirmam o papel das instituições escolares na eliminação de barreiras que dificultam o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência, incluindo aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA) Grau 1. essenciais para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos.

## **Estratégias Pedagógicas**

❖ Conforme Amaral (2019), algumas das principais estratégias pedagógicas incluem:

❖ - Adaptação de Materiais: Utilização de recursos visuais, como imagens e gráficos, que ajudam na compreensão de conceitos abstratos.

❖ - Métodos de Ensino Diferenciados: Implementação de metodologias ativas que promovam a participação dos alunos, como a aprendizagem baseada em projetos.

❖ - Apoio Individualizado: Oferta de suporte adicional, como tutoria individualizada e assistência em sala de aula.

## **Tecnologias Assistivas**

As tecnologias assistivas desempenham um papel crucial na inclusão de alunos com TEA grau 1. De acordo com Silva (2020), ferramentas como softwares educacionais e aplicativos que auxiliam na organização e comunicação podem ser altamente eficazes. As **tecnologias assistivas** desempenham um papel

fundamental na promoção da inclusão educacional de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) Grau 1. Essas tecnologias compreendem uma ampla gama de recursos, serviços e dispositivos que visam ampliar as habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia, participação ativa e desempenho acadêmico no ambiente escolar.

Segundo Silva (2020), o uso de **softwares educacionais interativos, aplicativos de apoio à comunicação, agendas visuais digitais e ferramentas de organização pessoal** tem se mostrado altamente eficaz para auxiliar alunos com TEA na estruturação de rotinas, na compreensão de conteúdos e na regulação do comportamento. Esses recursos favorecem o desenvolvimento da linguagem, da socialização e da autonomia, especialmente em situações que exigem flexibilidade cognitiva e planejamento — áreas em que alunos com TEA Grau 1 costumam apresentar maior dificuldade.

Além disso, as tecnologias assistivas podem ser integradas a **metodologias ativas** e a práticas pedagógicas inclusivas, permitindo a personalização do ensino de acordo com o perfil e as necessidades individuais do estudante. Cabe à escola, com apoio de profissionais especializados, identificar os recursos mais adequados para cada aluno e garantir sua implementação de forma contínua e significativa.

Assim, o uso de tecnologias assistivas não apenas facilita o processo de aprendizagem, mas também reforça o direito à educação de qualidade e ao pleno desenvolvimento dos alunos com autismo, conforme previsto nas diretrizes da educação inclusiva.

## **Práticas Pedagógicas na Educação Especial**

### **Adaptações Curriculares**

#### **Adaptação de Materiais**

A adaptação de materiais envolve a utilização de recursos visuais, como imagens, gráficos e vídeos, que auxiliam na compreensão de conceitos abstratos e na memorização de informações (AMARAL, 2019).

#### **Métodos de Ensino Diferenciados**

A implementação de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos e o ensino colaborativo, promove a participação dos alunos e facilita a assimilação do conteúdo (PEREIRA, 2021).

### **Estratégias de Ensino**

#### **Apoio Individualizado**

O apoio individualizado é essencial para atender às necessidades específicas de cada aluno com TEA grau 1. Isso pode incluir tutoria individualizada, assistência em sala de aula e a elaboração de um Plano Educacional Individualizado (PEI) (SOUZA, 2018).

## **Ambiente Estruturado**

A criação de um ambiente estruturado, com rotinas claras e previsíveis, ajuda os alunos com TEA a se sentirem mais seguros e focados (SILVA, 2020).

## **Tecnologias Assistivas**

### **Ferramentas Digitais**

Softwares educacionais e aplicativos que auxiliam na organização, comunicação e aprendizado são ferramentas valiosas para alunos com TEA grau 1 (SILVA, 2020).

### **Dispositivos de Comunicação**

Dispositivos de comunicação alternativa, como tablets com aplicativos específicos, ajudam os alunos a expressarem suas necessidades e participarem mais ativamente das atividades escolares (OLIVEIRA, 2019).

## **Desafios e Soluções**

### **Formação de Professores**

A formação inadequada dos professores é um dos principais desafios na implementação de práticas inclusivas. Investir em capacitação contínua e especializada é crucial para equipar os educadores com as habilidades necessárias (MENDES, 2018).

## **Infraestrutura Escolar**

A falta de infraestrutura adequada também impede a plena inclusão. Escolas precisam ser equipadas com recursos e tecnologias que atendam às necessidades dos alunos com TEA (BRASIL, 2015).

## **Políticas de Inclusão**

A implementação efetiva das políticas de inclusão requer uma abordagem colaborativa entre educadores, gestores, pais e a comunidade (PEREIRA, 2021).

## **Estudos de Caso**

Estudos de caso em escolas brasileiras que adotaram práticas inclusivas mostram que a adaptação curricular e o uso de tecnologias assistivas resultam em melhorias significativas no desempenho e na integração social dos alunos com TEA grau 1 (OLIVEIRA, 2019).

## **Discussão**

### **Implementação das Adaptações Curriculares**

A implementação de adaptações curriculares requer um esforço colaborativo, envolvendo professores, especialistas e a família do aluno. O desenvolvimento de um PEI é essencial para definir as necessidades específicas do aluno e as estratégias a serem adotadas (SOUZA, 2018).

## Desafios e Soluções

Os principais desafios incluem a falta de formação adequada dos professores e a resistência à mudança nas práticas pedagógicas tradicionais. A solução envolve capacitação contínua dos educadores e a criação de uma cultura escolar inclusiva (MENDES, 2018).

## Impacto das Tecnologias Assistivas

As tecnologias assistivas têm um impacto positivo significativo na educação de alunos com TEA grau 1, facilitando a comunicação e a organização, e promovendo a independência (SILVA, 2020). As **tecnologias assistivas** têm demonstrado um impacto altamente positivo na educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) Grau 1, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da **comunicação**, da **organização pessoal** e da **autonomia funcional**. De acordo com Silva (2020), a utilização de recursos como aplicativos de agenda visual, softwares de comunicação alternativa e plataformas educacionais adaptadas contribui para a superação de barreiras que muitas vezes comprometem o processo de ensino-aprendizagem desses estudantes.

Ao promover a **independência** e facilitar a **compreensão de rotinas**, as tecnologias assistivas tornam-se aliadas fundamentais na construção de um ambiente escolar mais acessível e inclusivo. Além disso, tais ferramentas possibilitam aos professores personalizar suas práticas pedagógicas de forma mais eficaz, respeitando o ritmo e as necessidades específicas de cada aluno. O impacto positivo também se estende ao fortalecimento da **autoestima** e da **participação ativa** dos estudantes em atividades

escolares, contribuindo significativamente para sua inclusão social e acadêmica. Dessa forma, as tecnologias assistivas não são apenas recursos complementares, mas instrumentos estratégicos para garantir o direito à aprendizagem e ao pleno desenvolvimento de alunos com TEA Grau 1 no ensino regular.

## **CONCLUSÃO**

A inclusão de alunos com TEA grau 1 no ensino regular brasileiro é um processo complexo que requer adaptações curriculares específicas. As estratégias pedagógicas, o uso de tecnologias assistivas e a implementação de um PEI são fundamentais para garantir uma educação de qualidade. Para melhorar as práticas pedagógicas na educação especial, recomenda-se a capacitação contínua dos educadores, o investimento em infraestrutura adequada e a promoção de uma cultura inclusiva nas escolas. Este estudo foi baseado em uma revisão de literatura e estudos de caso. Futuras pesquisas podem incluir análises empíricas mais abrangentes e a aplicação de novas tecnologias assistivas.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA**

AMARAL, M. G. **Educação Inclusiva: Práticas e Reflexões**. São Paulo: Cortez. 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Arlington: APA, 2013.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MENDES, E. G. **Educação Inclusiva no Brasil: Dilemas e Perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

OLIVEIRA, J. A. **Estudos de Caso em Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

PEREIRA, R. S. **Plano Educacional Individualizado: Guia Prático para Educadores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SILVA, L. H. **Tecnologias Assistivas na Educação Especial**. São Paulo: Pearson, 2020.

SOUZA, A. L. **Autismo e Educação: Teoria e Prática**. Campinas: Papyrus, 2018.

**CAPÍTULO VII - O PAPEL DA LUDICIDADE NA APRENDIZAGEM  
(LUIZE QUETERINE KIRKER)**

## **O papel da ludicidade na aprendizagem**

Luize Queterine Kirker

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da ludicidade no processo de aprendizagem, destacando como atividades lúdicas contribuem para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes. A ludicidade, enquanto estratégia pedagógica, favorece o envolvimento ativo do aluno, tornando o aprendizado mais significativo e prazeroso. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica de autores como Piaget, Vygotsky e Kishimoto, que abordam o jogo e o brincar como ferramentas essenciais no processo educativo. Os resultados apontam que o uso de práticas lúdicas em sala de aula favorece a motivação, a criatividade e o desenvolvimento integral da criança. Conclui-se que a ludicidade não deve ser vista apenas como recreação, mas como um recurso pedagógico potente para a construção do conhecimento.

**Palavras-chave:** Ludicidade. Aprendizagem. Educação. Jogos. Desenvolvimento infantil.

### **Introdução**

A ludicidade tem sido reconhecida como uma importante aliada no processo de ensino e aprendizagem, especialmente na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Ao se considerar o brincar como uma forma legítima de expressão, comunicação e construção de conhecimento, compreende-se que o

lúdico ultrapassa a função de entretenimento e assume um papel essencial na formação integral da criança.

Segundo Piaget (1971), o jogo é uma atividade fundamental para o desenvolvimento cognitivo, pois permite à criança assimilar a realidade e experimentar situações simbólicas que favorecem a construção de estruturas mentais. O autor destaca que, por meio do brincar, a criança exercita suas capacidades de representação e internalização, elementos essenciais na aprendizagem.

Vygotsky (1988), por sua vez, enfatiza o caráter social do brincar. Para o autor, o jogo possibilita à criança atuar em um "nível superior" ao seu comportamento habitual, promovendo o desenvolvimento de funções psicológicas superiores. É no contexto lúdico que se dá a interação com o outro, a mediação simbólica e a internalização de regras sociais e cognitivas. Assim, o brincar favorece a zona de desenvolvimento proximal, conceito fundamental na teoria vygotskyana.

Complementando essa perspectiva, Kishimoto (2007) argumenta que o lúdico é uma estratégia pedagógica que contribui significativamente para a aprendizagem significativa, pois envolve a criança em uma relação afetiva com o conhecimento. A autora defende que os jogos e brincadeiras, quando bem planejados e intencionados, são recursos eficazes para desenvolver habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais.

Dessa forma, compreender o papel da ludicidade na aprendizagem implica reconhecer que o jogo não é apenas uma forma de passatempo, mas um instrumento metodológico capaz de favorecer a construção do saber de forma prazerosa e significativa. Neste contexto, este artigo propõe refletir sobre a importância do

lúdico na prática pedagógica, destacando sua relevância no desenvolvimento integral da criança e sua contribuição para um processo de aprendizagem mais engajado, criativo e efetivo.

## **Desenvolvimento**

### **A Ludicidade como Ferramenta Pedagógica**

A ludicidade, quando utilizada como estratégia pedagógica, promove uma aprendizagem mais ativa e significativa. Para Oliveira (2000), o lúdico deve ser incorporado à prática docente de forma planejada, considerando os objetivos pedagógicos e o estágio de desenvolvimento das crianças. Os jogos, as brincadeiras e outras atividades lúdicas proporcionam um ambiente rico em estímulos, favorecendo o envolvimento e a curiosidade dos alunos.

Segundo Kishimoto (2007), o brinquedo é um recurso didático que pode potencializar a aprendizagem ao estimular a criatividade, o raciocínio lógico, a coordenação motora e a cooperação entre os pares. A autora reforça que “brincar é uma atividade indispensável ao desenvolvimento infantil, pois integra aspectos emocionais, sociais e cognitivos em uma única experiência”.

### **A Contribuição de Piaget: Jogo e Desenvolvimento Cognitivo**

Para Piaget (1971), o brincar está diretamente relacionado ao desenvolvimento da inteligência. O autor descreve três tipos principais de jogos: o jogo de exercício (predominante na fase

sensorio-motora), o jogo simbólico (na fase pré-operatória) e o jogo de regras (na fase operatória concreta). Cada tipo de jogo corresponde a um estágio do desenvolvimento cognitivo, sendo essencial para a construção do pensamento e da lógica.

Além disso, Piaget ressalta que, ao brincar, a criança assimila elementos da realidade e os transforma, o que permite o avanço na organização do pensamento. Nesse processo, o lúdico não é apenas expressão de prazer, mas um mecanismo fundamental para a construção do conhecimento.

### **Vygotsky e o Brincar como Espaço de Mediação Social**

Vygotsky (1988) amplia a compreensão sobre a ludicidade ao evidenciar seu papel na mediação das interações sociais. Em sua perspectiva sociocultural, o brincar é um contexto em que a criança internaliza normas, valores e conhecimentos por meio da interação com os outros. O jogo simbólico, por exemplo, é um espaço onde a criança assume papéis sociais, desenvolvendo funções mentais superiores, como atenção voluntária, memória lógica e controle do comportamento.

Um conceito central na teoria de Vygotsky é a **zona de desenvolvimento proximal (ZDP)**, definida como a distância entre o nível de desenvolvimento real e o potencial. Segundo o autor, a criança, ao brincar com outras mais experientes ou com o apoio do educador, realiza aprendizagens que não conseguiria sozinha, o que demonstra o poder do lúdico como ferramenta mediadora.

### **Ludicidade e o Desenvolvimento Integral da Criança**

A ludicidade contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo, mas também para o emocional, social e físico da criança. Brincar permite expressar sentimentos, resolver conflitos simbólicos e desenvolver empatia. Para Santos e Cavalcanti (2013), o brincar possibilita a vivência de situações diversas em um ambiente seguro, contribuindo para a formação de uma personalidade equilibrada e segura.

Além disso, o aspecto social do jogo favorece o trabalho em grupo, a cooperação e o respeito às regras, habilidades essenciais para a convivência em sociedade. Conforme destaca Brougère (1998), “o jogo é uma atividade de relação com o mundo, não apenas uma evasão, mas uma forma de compreender e agir sobre a realidade”.

### **A Prática Pedagógica e a Valorização do Lúdico**

Embora amplamente reconhecido na teoria, o uso do lúdico na prática pedagógica ainda encontra desafios. Muitos professores, pressionados por currículos rígidos e avaliações tradicionais, acabam negligenciando o brincar como estratégia educativa. Para integrar efetivamente o lúdico à prática escolar, é necessário planejamento, intencionalidade e formação docente contínua.

Segundo Moyles (2002), o brincar deve ser planejado com objetivos pedagógicos claros, integrando-se ao currículo de forma coerente. Atividades lúdicas bem estruturadas não apenas motivam os alunos, mas também permitem a avaliação contínua de suas habilidades e progressos.

## Conclusão

A ludicidade, entendida como parte essencial do processo educativo, representa uma ponte entre o universo infantil e o conhecimento formal. Longe de ser uma atividade meramente recreativa, o brincar assume um papel central no desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Ao analisar as contribuições teóricas de Piaget, Vygotsky, Kishimoto, entre outros estudiosos da educação, fica evidente que o lúdico não apenas favorece a construção de estruturas mentais, mas também promove interações significativas e experiências que ampliam a aprendizagem.

A prática pedagógica, ao incorporar o lúdico de forma planejada e intencional, enriquece o ambiente escolar, tornando-o mais motivador, acolhedor e propício ao desenvolvimento de competências diversas. No entanto, para que isso se concretize, é fundamental superar a visão tradicional de ensino centrada apenas na transmissão de conteúdos, reconhecendo o brincar como um recurso metodológico legítimo e eficaz.

Portanto, investir em uma abordagem pedagógica que valorize o lúdico é também investir em uma educação mais humana, criativa e significativa. É papel do educador reconhecer o potencial do brincar como um caminho para o conhecimento, transformando a escola em um espaço de descoberta, experimentação e construção ativa do saber.

## Referências

BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e cultura*. São Paulo: Cortez, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira, 2007.

MOYLES, Janet. *Just playing? The role and status of play in early childhood education*. 2. ed. Philadelphia: Open University Press, 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 2000.

PIAGET, Jean. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1971.

SANTOS, Jussara Hoffmann dos; CAVALCANTI, Cláudia da Rocha. *Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

**CAPÍTULO VIII - SEDENTARISMO E A IMPORTÂNCIA DA  
ATIVIDADE FÍSICA (APARECIDA DA SILVA)**

## **Sedentarismo e a importância da atividade física**

Aparecida da Silva

### **RESUMO**

O sedentarismo é considerado um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como diabetes tipo 2, hipertensão arterial e obesidade. A crescente urbanização e a adoção de hábitos de vida inativos contribuem significativamente para a redução da qualidade de vida da população. A prática regular de atividade física, por sua vez, é apontada por diversos estudos como essencial para a promoção da saúde física e mental, além da prevenção de enfermidades. Este artigo tem como objetivo discutir os impactos do sedentarismo na saúde pública e destacar a importância da atividade física como ferramenta preventiva e terapêutica. Através de revisão bibliográfica, fundamentada em autores como Caspersen et al. (1985), Matsudo et al. (2001) e Nahas (2006), o estudo reforça a urgência de políticas públicas e intervenções educativas que estimulem a adoção de estilos de vida ativos.

**Palavras-chave:** Sedentarismo. Atividade física. Saúde pública. Qualidade de vida Prevenção.

### **Introdução**

O estilo de vida contemporâneo tem promovido uma série de transformações comportamentais que impactam diretamente a saúde da população. A crescente automatização das atividades cotidianas, associada ao uso excessivo de tecnologias e à redução de atividades físicas espontâneas, tem contribuído para o aumento significativo do sedentarismo em diversas faixas etárias. De acordo

com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), mais de 25% da população mundial adulta não atinge os níveis recomendados de atividade física, o que agrava os riscos de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs).

O sedentarismo caracteriza-se pela ausência ou insuficiência de movimentos corporais que promovam gasto energético significativo. Caspersen et al. (1985) definem atividade física como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que resulta em gasto energético, sendo esta uma das principais estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças. Em contrapartida, o comportamento sedentário está associado ao aumento de comorbidades, à diminuição da capacidade funcional e ao comprometimento da qualidade de vida.

Estudos como os de Matsudo et al. (2001) e Nahas (2006) apontam que a atividade física regular não apenas previne doenças cardiovasculares, obesidade e diabetes, como também contribui para o bem-estar psicológico, a melhora da autoestima e a socialização. Além disso, evidencia-se a importância de políticas públicas que incentivem a prática de atividades físicas nas escolas, ambientes de trabalho e comunidades, como forma de combater o sedentarismo de maneira ampla e sustentável.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo discutir os impactos do sedentarismo na saúde humana e enfatizar a relevância da prática de atividade física regular como fator fundamental para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida. Para tanto, será realizada uma análise teórica com base em literatura especializada, com o intuito de contribuir para reflexões e

práticas mais eficazes no enfrentamento desse problema de saúde pública.

## **Desenvolvimento**

O sedentarismo é reconhecido como um dos principais fatores de risco modificáveis para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como doenças cardiovasculares, obesidade, diabetes tipo 2 e certos tipos de câncer. A inatividade física compromete não apenas o funcionamento do organismo, mas também o bem-estar mental e emocional dos indivíduos. No Brasil, essa realidade assume proporções alarmantes, conforme apontado pela Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2020), que revelou que aproximadamente 40,3% dos adultos não praticam atividades físicas suficientes para atender às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Victor Matsudo et al. (2001), ao estudar o panorama do sedentarismo no Brasil, introduziram o conceito de “doença do século”, ao considerar os impactos negativos da inatividade física sobre a população. A criação do programa **Agita São Paulo** serviu como modelo para campanhas públicas voltadas à promoção da atividade física, envolvendo escolas, empresas e comunidades. Esse tipo de iniciativa evidencia a importância das intervenções intersetoriais e contínuas para transformar hábitos culturais e estimular estilos de vida mais ativos.

Segundo Nahas (2006), a promoção da atividade física deve ser pensada de maneira integrada, considerando aspectos sociais,

culturais, econômicos e ambientais. A prática de exercícios não deve se restringir a academias ou clubes privados, mas ser incorporada ao cotidiano das pessoas, como caminhar, pedalar, dançar ou praticar esportes recreativos. Isso demanda também o investimento em infraestrutura urbana adequada, com ciclovias, praças, parques, academias ao ar livre e calçadas acessíveis.

Além dos efeitos sobre a saúde física, a atividade física regular tem um papel fundamental na prevenção de doenças mentais, como depressão e ansiedade. De acordo com Barreto de Lima (2013), os exercícios físicos promovem a liberação de neurotransmissores como a endorfina, dopamina e serotonina, que contribuem para a regulação do humor e a sensação de bem-estar. Esses benefícios são particularmente importantes em um cenário marcado pelo estresse, pelo uso excessivo de telas e pelo isolamento social.

Pitanga (2008) acrescenta que os níveis de aptidão física estão diretamente associados à longevidade e à independência funcional em idosos. A prática regular de exercícios em idade avançada reduz o risco de quedas, melhora o equilíbrio, fortalece a musculatura e favorece a cognição. Nesse contexto, programas específicos para a terceira idade são fundamentais para garantir uma velhice mais ativa, autônoma e saudável.

Outro fator que merece destaque é a atuação da escola como agente formador de hábitos saudáveis. De acordo com Nahas (2010), o ambiente escolar deve ser um espaço de valorização do movimento, por meio de aulas de educação física significativas e projetos interdisciplinares que incentivem práticas esportivas, recreativas e de conscientização corporal. O estímulo precoce à

atividade física favorece o desenvolvimento motor e cognitivo das crianças e adolescentes, além de contribuir para a construção de uma cultura de saúde.

Apesar dos avanços em campanhas e políticas públicas, ainda há muitos desafios. A desigualdade social e o acesso limitado a espaços seguros para a prática de exercícios são obstáculos que afetam principalmente as populações de baixa renda. É fundamental que o Estado invista em estratégias comunitárias, formação de profissionais capacitados e parcerias com o setor privado, ampliando o alcance e a efetividade das ações.

Por fim, a abordagem do sedentarismo como questão de saúde pública deve considerar a educação para a saúde como elemento-chave. A conscientização sobre os riscos da inatividade e os benefícios da atividade física precisa ser reforçada por meio de campanhas permanentes, ações educativas nas escolas e políticas de incentivo ao esporte, ao lazer e à mobilidade ativa, como o uso da bicicleta e a caminhada.

## **Conclusão**

O sedentarismo configura-se como um dos grandes desafios à saúde pública contemporânea, agravado pelas transformações sociais, econômicas e tecnológicas que reduziram drasticamente a mobilidade cotidiana da população. A inatividade física está intimamente ligada ao aumento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis, comprometendo não apenas a saúde física, mas também o bem-estar emocional e a qualidade de vida.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a atividade física deve ser compreendida como uma necessidade básica e acessível a todos, e não como um privilégio ou obrigação esporádica. A prática regular de exercícios, além de contribuir para a prevenção de enfermidades, favorece o equilíbrio mental, o convívio social, a autonomia funcional e o envelhecimento saudável.

Autores como Matsudo, Nahas, Pitanga e Barreto de Lima reforçam, com base em evidências científicas, que o combate ao sedentarismo exige uma ação integrada entre poder público, instituições educacionais, setor privado e sociedade civil. É preciso investir em políticas públicas que promovam ambientes favoráveis à atividade física, desde a infância até a terceira idade, com ações que contemplem infraestrutura, educação, incentivo fiscal e campanhas de conscientização permanentes.

Portanto, a superação do sedentarismo requer não apenas a mudança de comportamentos individuais, mas também a construção de uma cultura coletiva que valorize o corpo em movimento, o lazer ativo e a saúde como direito de todos. É nesse contexto que a atividade física se apresenta como uma ferramenta poderosa para transformar vidas e comunidades de forma sustentável e inclusiva.

## **Referências**

BARRETO DE LIMA, A. M. *Atividade física e saúde mental: uma abordagem neuropsicológica*. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 18, n. 1, p. 89-96, 2013.

CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E.; CHRISTENSON, G. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. *Public Health Reports*, v. 100, n. 2, p. 126–131, 1985.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

MATSUDO, V. K. R. et al. *Sedentarismo: fatores e consequências*. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 9, n. 3, p. 41-47, 2001.

NAHAS, M. V. *Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo*. 3. ed. Londrina: Midiograf, 2006.

NAHAS, M. V. et al. *Promoção da saúde na escola: tendências internacionais e experiências brasileiras*. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 15, n. 2, p. 119-124, 2010.

PITANGA, F. J. G. *Epidemiologia, atividade física e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Diretrizes sobre atividade física e comportamento sedentário*. Genebra: OMS, 2020.



Livro digital:

ISBN 978-658733397-7



Livro impresso:

ISBN 978-658733398-4

